



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0279258-7

IMPETRANTE: Maria Áurea Cavalcanti de Vasconcelos

IMPETRADO: Secretário de Educação do Estado de Pernambuco

LITISCONSORTE PASSIVO: Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ADMINISTRATIVO. PRELIMINARES REJEITADAS, À UNANIMIDADE. MÉRITO: PROFESSORA READAPTADA. ACUMULAÇÃO DE GRATIFICAÇÕES. INVIABILIDADE, NA ESPÉCIE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO POR MAIORIA. 1. De proêmio, foram rejeitadas, à unanimidade, as preliminares suscitadas pelo impetrado em relação à suposta ausência de prova pré-constituída e à decadência para a impetração do *mandamus*. 2. Quanto à discussão de fundo, a impetrante (professora afastada, desde 1985, da regência de classe) busca o restabelecimento da gratificação por ela outrora recebida em razão do exercício da função de *coordenadora de biblioteca* (gratificação que lhe havia sido deferida em 31/03/1993), sem prejuízo da concomitante percepção da gratificação pelo *exercício do magistério*. 3. Da análise das leis estaduais que se sucederam na regência da matéria, conclui-se que: (i) se, à época em que deferida a gratificação ora reclamada pela impetrante, não havia norma que proibisse expressamente a sua acumulação com a parcela recebida em razão da regência de classe, também não existia lei que o permitisse, circunstância que, por si só, já inviabilizaria o seu pagamento cumulativo, visto que a Administração Pública subordina-se ao princípio da legalidade, de molde a atuar apenas quando expressamente autorizada por lei; (ii) depois do deferimento acima mencionado, sobrevieram leis que explicitaram a impossibilidade de acumular-se, via de regra, a gratificação decorrente da efetiva regência de classe com gratificações outras (cf. Lei Estadual nº 10.970/1993 e Lei Estadual nº 12.944/2005 – esta última ainda vigente). 4. Está-se, portanto, diante de hipótese em que a lei veda, expressamente, a acumulação de gratificações. 5. Ademais, o servidor público não tem direito adquirido a regime jurídico de composição de vencimentos e, além disso, não há que se falar em incorporação de vantagem paga em caráter *propter laborem – rectius*, percebida pelo *efetivo exercício* da correlata função –, de modo que a correspondente supressão, quando indevidamente implantada, não configura nenhuma ilegalidade, nem afronta o invocado princípio da irredutibilidade remuneratória. 6. A percepção, de modo excepcional, pelo professor afastado da sala de aula por motivo de doença, de gratificação *inerente à função docente* não tem *finalidade compensatória permanente* ou *definitiva* pelo infortúnio que o acometeu, podendo – ou melhor, *devendo* – ser suprimida caso o docente nessa nova condição seja designado para o exercício efetivo de outra função gratificada. 7. A prevalecer o entendimento de que tais gratificações podem ser acumuladas, estar-se-á dispensando tratamento *mais vantajoso* ao professor readaptado, em desrespeito ao princípio da isonomia e em *desprestígio à efetiva regência de classe*, função primordial no desempenho do magistério público. 8. Segurança denegada, por maioria de votos.

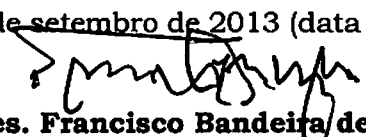


**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Mandado de Segurança nº 0279258-7, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça em rejeitar, por unanimidade, as preliminares suscitadas pela autoridade impetrada e, no mérito, por maioria de votos, em denegar a ordem pleiteada, nos termos do voto do relator e das notas taquigráficas constantes do processo, que integram o acórdão.

Recife, 17 de setembro de 2013 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0279258-7**

**IMPETRANTE:** Maria Áurea Cavalcanti de Vasconcelos

**IMPETRADO:** Secretário de Educação do Estado de Pernambuco

**LITISCONSORTE PASSIVO:** Estado de Pernambuco

**RELATOR:** Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO**

Trata-se de **mandado de segurança** impetrado por Maria Áurea Cavalcanti de Vasconcelos em face de ato reputado coator consistente na supressão da "*Gratificação de Função TEC Pedagógico*" por ela outrora recebida.

Nesta via mandamental, a impetrante assevera, em suma, que: (i) é professora readaptada das funções de regência de sala de aula, tendo sido nomeada para a função de *coordenadora de biblioteca*, conforme a Portaria SECE nº 1632, de 31/03/1993; (ii) em 17/11/2009, ao consultar o demonstrativo de pagamento referente ao 13º salário e à competência daquele mês de novembro, constatou a subtração dos valores correspondentes à sua *Gratificação de Função TEC Pedagógico*; (iii) tendo questionado o fato no âmbito administrativo, teria recebido a informação de que a sua gratificação pelo exercício da função de coordenadora de biblioteca havia sido suprimida em razão do Parecer PGE nº 229/2009; (iv) estaria eivado de ilegalidade o ato de supressão da aludida gratificação, inclusive por conta do decesso remuneratório por ele provocado; (v) o art. 5º da Lei Estadual nº 12.242/2002 c/c o art. 22 da Lei Estadual nº 11.329/1996 (Estatuto do Magistério Público do Estado de Pernambuco) respaldaria o direito reclamado nesta via mandamental.

Nessa esteira, pugna pela concessão da segurança, a fim de que seja determinada a reintegração da aludida gratificação de coordenadora de biblioteca aos seus vencimentos, desde a data da respectiva subtração.

Regularmente notificado, o Secretário de Educação do Estado de Pernambuco apresentou as informações acostadas às fls. 53/68, aduzindo, preliminarmente: (i) a inexistência de liquidez e certeza em relação ao direito invocado, porquanto a impetrante não teria se desincumbido de demonstrar, mediante prova pré-constituída, as razões que ensejaram a edição do ato considerado coator; (ii) o transcurso do prazo decadencial para a impetração do mandado de segurança.

No mérito, sustenta que a Lei Estadual nº 12.944/2005 teria vedado expressamente a acumulação da *gratificação pelo exercício do magistério* com qualquer outra gratificação ou cargo em comissão, não havendo que se cogitar de direito adquirido a regime de composição de vencimentos de servidor público.

Sob essa perspectiva, requer a extinção do processo, por força das preliminares acima referenciadas ou, no mérito, a denegação da segurança pretendida.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

Cientificado (na forma do art. 7º, II, da Lei Federal nº 12.016/2009), o Estado de Pernambuco manifestou o seu interesse em integrar a lide (fl. 51).

A douta Procuradoria de Justiça posiciona-se pela superação das questões preliminares e, no mérito, opina *“pela concessão parcial da Segurança impetrada, para o fim de ser restabelecido o pagamento da Gratificação TEC Pedagógico, Símbolo 234 à Impetrante, com efeitos financeiros a partir da data da impetração, de forma a respeitar-se a composição dos vencimentos da Impetrante”* (fls. 74/79).

É o essencial a relatar.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 05 de setembro de 2013.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

87-

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0279258-7  
IMPETRANTE: Maria Áurea Cavalcanti de Vasconcelos  
IMPETRADO: Secretário de Educação do Estado de Pernambuco  
LITISCONSORTE PASSIVO: Estado de Pernambuco  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**VOTO**

De proêmio, cuido de afastar as preliminares suscitadas pela parte impetrada.

Com efeito, no tocante à alegada ausência de prova pré-constituída, vale observar que há nos autos elementos probatórios suficientes à compreensão da controvérsia, de sorte que o questionamento referente às eventuais incerteza e iliquidez do direito reclamado confunde-se com o próprio mérito da impetração.

Lado outro, não há que se cogitar de decadência para a impetração do *mandamus*, visto que o desdobramento do ato reputado coator renova-se mês a mês, continuamente, consubstanciando, portanto, relação de trato sucessivo.

Superadas tais preliminares, adentro na discussão de fundo.

Como visto, a impetrante (professora afastada, desde 1985, da regência de classe, cf. fl. 13) busca o restabelecimento da gratificação por ela outrora recebida em razão do exercício da função de *coordenadora de biblioteca* (gratificação que lhe havia sido deferida em 31/03/1993, cf. fl. 14), sem prejuízo da concomitante percepção da gratificação pelo *exercício do magistério*.

Pois bem.

Desde logo, assinalo que este egrégio Grupo de Câmaras de Direito Público, em pelo menos outros dois mandados de segurança (de nºs 0279178-4 e 0244287-9), já teve oportunidade de examinar a discussão ora submetida a julgamento.

Naquelas assentadas, entendo que o Des. Jorge Américo Pereira de Lira (relator para o MS 0279178-4 e prolator de voto-vista no MS 0244287-9), apesar de vencido em ambos os casos, deu a melhor interpretação ao direito controvertido.

Nessa direção, peço licença para manter o dissenso e acompanhar S. Exa., de modo que principio por fazer, porque absolutamente relevante, um breve retrospecto das leis estaduais que se sucederam na regência da matéria.

À partida, convém registrar que, à época em que deferida à professora ora impetrante a gratificação pelo exercício da função de coordenadora de biblioteca (deferimento em 31/03/1993, cf. fl. 14), não havia norma que autorizasse a sua percepção concomitantemente com a gratificação pelo exercício do magistério.



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

88.

De fato, por meio da Lei Estadual nº 10.565/1991, foi instituída a gratificação pelo exercício do magistério, destinada ao professor *em regência de classe*:

“Lei Estadual nº 10.565, de 11/01/1991 (reajusta o valor de vencimento dos cargos que indica, e dá outras providências):

(...)

Art. 3º - Ao professor, **quando em regência de classe**, será atribuída, a partir de 1º de maio de 1990, Gratificação pelo Exercício do Magistério, a razão de 5% (cinco por cento) do vencimento correspondente a carga horária e faixa salarial ou equivalente. (Percentual alterado pelo § 2º do art. 3º da Lei Complementar nº 85, de 31 de março de 2006.) Grifei.

Em sucessivo, adveio a Lei Estadual nº 10.856/1992, que contemplou o professor que se encontrasse exercendo, dentre outras, função de coordenador de biblioteca (essa lei beneficiou, em 31/03/1993, a professora ora impetrante):

“Lei Estadual nº 10.856, de 29/12/1992 (altera dispositivos das Leis nºs 10.565/91, 10.637/91, 10.638/91, 10.418/90, institui gratificação por exercício em unidade escolar e dá outras providências):

(...)

Art. 3º - Aos Professores e Especialistas em Educação que se encontram exercendo funções de Coordenadores de Centrais de Tecnologia e de Bibliotecas, atuando como agentes capacitadores, será atribuída a gratificação de representação no valor de 20% (vinte por cento) sobre o Nível Universitário NU-6, a partir de 1º de outubro de 1992. (Percentual alterado pelo art. 3º da Lei nº 13.694, de 18 de dezembro de 2008. Novo percentual: 60% (sessenta por cento) do valor de seu respectivo vencimento base.)

À mingua de normatização expressa sobre o assunto, a Lei Estadual nº 10.970/1993 disciplinou a percepção de gratificações pelo professor readaptado:

“Lei Estadual nº 10.970, de 16/11/1993 (reajusta os valores de vencimento, soldo, salário e gratificações dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo):

(...)

Art. 10 - Ao Professor, quando afastado da regência de classe, por motivo de doença, contraída no exercício da função, devidamente comprovada pela Junta Médica do Estado, ficam garantidos todos os direitos e vantagens inerentes à função anteriormente exercida.

§ 1º - Quando o afastamento da regência de classe ocorrer em caráter temporário nos termos do *caput* deste artigo, deverá o Professor ser submetido, anualmente, à Junta Médica Estadual.

§ 2º - A designação do Professor readaptado para o exercício de função gratificada acarretará a suspensão das gratificações inerentes à função docente, durante o exercício da mesma. (...)” Grifei.

Em 1996, foi sancionado o Estatuto do Magistério Público de Pernambuco:

“Lei Estadual nº 11.329, de 16/01/1996 (dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público de Pré-Escolar, Ensino Fundamental e Ensino Médio do Estado de Pernambuco):

(...)

Art. 21 - Além dos direitos previstos nas normas gerais aplicáveis ao servidor público, são direitos específicos dos ocupantes dos cargos das carreiras do magistério:



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

89.

I - perceber remuneração de acordo com o cargo para o qual foi nomeado o nível de formação, o tempo de serviço e o regime de trabalho;

(...)

Art. 22 - Ao professor afastado de regência de classe por motivo de doença impeditiva ao exercício da função, comprovada por Junta Médica do Estado, serão assegurados todos os direitos e vantagens.

Parágrafo Único - O professor readaptado será lotado na função para a qual for designado a partir da publicação da portaria que assim o determinar, no órgão oficial de imprensa.

Art. 23 - Superado o motivo que der causa a readaptação de que trata o artigo anterior, o servidor reverterá ao exercício da regência de classe. (...)”

Mais tarde, em 2005, sobreveio a Lei Estadual nº 12.944, eliminando qualquer dúvida que pairasse sobre a impossibilidade da acumulação ora analisada:

“Lei Estadual nº 12.944, de 16/12/2005 (introduz modificações na Lei nº 12.242, de 28 de junho de 2002, e dá outras providências):

(...)

Art. 2º A gratificação pelo exercício do magistério será percebida, **exclusivamente**, pelo professor em efetiva regência de classe, vedada sua acumulação com qualquer outra gratificação ou cargo em comissão, exceto a gratificação decorrente do ensino a alunos com necessidades especiais. (...)” Grifei.

Diante desse cenário normativo, anoto as seguintes considerações, partindo da premissa de que as gratificações aqui referenciadas – tanto a gratificação *pelo exercício* do magistério (também designada de “*pó de giz*”) quanto a gratificação *pelo exercício* de coordenação de biblioteca – detêm natureza *propter laborem*.

Primeiramente, cumpre salientar, por um lado, que, se à época em que fora deferida a gratificação pelo exercício da função de coordenadora de biblioteca à impetrante (31/03/1993) não havia norma que proibisse expressamente a acumulação de tais gratificações, também não existia lei que o permitisse, circunstância que, por si só, já inviabilizaria o seu pagamento cumulativo.

É que, como cediço, a Administração Pública subordina-se ao princípio da legalidade, de molde a atuar apenas quando expressamente autorizada por lei.

Ademais disso, veja-se que, ainda naquele ano de 1993, sobreveio a Lei Estadual nº 10.970, cuja redação, de tão explícita, não dá, penso eu, margem a dúvidas.

Deveras, o artigo 10, *caput*, dessa Lei dispõe que: “Ao Professor, quando afastado da regência de classe, por motivo de doença, contraída no exercício da função, devidamente comprovada pela Junta Médica do Estado, ficam garantidos todos os direitos e vantagens inerentes à função anteriormente exercida”.

Sucede que, logo em seguida, o § 2º desse mesmo artigo, explicitando o sentido e restringindo o alcance da norma do *caput*, prescreve: “A designação do Professor readaptado para o exercício de função gratificada acarretará a **suspensão das gratificações inerentes à função docente**, durante o exercício da mesma”.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

90.

Por esse ponto de vista, evidencia-se que a percepção de gratificação pelo exercício de função atribuída ao professor readaptado (por exemplo, a coordenação de biblioteca) corporifica *causa suspensiva do recebimento de gratificação inerente ao exercício da função docente* (por exemplo, a “pó de giz”).

Está-se, pois, diante de hipótese em que a lei veda, expressamente, a acumulação de gratificações, motivo por que já se vislumbra a insubsistência da impetração em apreço.

Mas não é só. Conforme antedito, em 1996 sobreveio a Lei Estadual nº 11.329 (Estatuto do Magistério Público do Estado de Pernambuco), cujo artigo 22, *caput*, veicula a seguinte norma: “Ao professor afastado de regência de classe por motivo de doença impeditiva ao exercício da função, comprovada por Junta Médica do Estado, serão assegurados todos os direitos e vantagens” (trata-se, portanto, de previsão análoga àquela contida no art. 10, *caput*, da supracitada Lei nº 10.970).

Ocorre que o aludido Estatuto não dispôs, expressamente (ao contrário do § 2º do art. 10 da Lei nº 10.970/93), sobre a vedação à acumulação de gratificações.

De toda forma, parece-me certo que o silêncio do Estatuto, em relação a esse aspecto específico, e para além da discussão em torno da eventual revogação tácita da norma restritiva inserta na Lei nº 10.970/93, não autoriza a conclusão de que a acumulação de gratificações pelo professor readaptado estaria, a partir de então, permitida, sob pena de infringência ao princípio da legalidade estrita.

Em reforço a essa linha de entendimento, acrescento que a superveniência, em 2005, da Lei Estadual nº 12.944 delimitou ainda mais expressamente a questão, *verbis*: “Art. 2º - A gratificação pelo exercício do magistério será percebida, **exclusivamente**, pelo professor **em efetiva regência de classe**, vedada sua **acumulação** com qualquer outra gratificação ou cargo em comissão, exceto a gratificação decorrente do ensino a alunos com necessidades especiais. (...)”.

Assim, somente a gratificação decorrente do ensino a alunos com necessidades especiais pode ser recebida cumulativamente com a gratificação pelo exercício do magistério, isso porque há, note-se bem, expressa *permissão legal* para tanto.

Por ocasião do julgamento de caso semelhante, assim se posicionou o STJ:

“ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. ABONO INSTITUÍDO PELA LEI ESTADUAL 12.667/03. PAGAMENTO AOS PROFESSORES READAPTADOS. IMPOSSIBILIDADE. VANTAGEM *PROPTER LABOREM*. RECURSO ORDINÁRIO IMPROVIDO.

1. O abono instituído pela Lei Estadual 12.667/03 é vantagem *propter laborem*, sendo devido apenas aos professores da rede de ensino do Estado de Santa Catarina enquanto permanecerem em efetivo exercício em sala de aula.

2. Recurso ordinário improvido.”

(RMS 18.961/SC, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, 5ª Turma, DJ de 09/10/2006). Grifei.







**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

91.

De outra banda, considero insubsistente a linha argumentativa adotada pela impetrante no que se refere ao postulado da irredutibilidade de vencimentos.

Ora, sabe-se que o servidor público não tem direito adquirido a regime jurídico de composição de vencimentos e, além disso, não há que se falar em incorporação de vantagem paga em caráter *propter laborem – rectius*, percebida pelo *efetivo exercício* da correlata função –, de modo que a correspondente supressão, quando indevidamente implantada, não configura nenhuma ilegalidade, nem afronta o invocado princípio da irredutibilidade remuneratória.

É a orientação do STJ:

“DIREITO ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VANTAGEM ILEGALMENTE CONCEDIDA. SUPRESSÃO. AFRONTA AO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. NÃO-OCORRÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

(...) 3. As vantagens ilegalmente concedidas a servidor público não geram direito adquirido e a sua supressão não afronta o princípio da irredutibilidade de vencimentos. Precedentes do STJ.

4. Agravo regimental improvido.”

(AgRg no Ag 1.054.864/RJ, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, 5ª Turma, DJe de 17/11/2008). Grifei.

“ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. VANTAGEM FUNCIONAL. ATO ADMINISTRATIVO. REVOGAÇÃO. PRESCRIÇÃO. ART. 54, DA LEI Nº 9784/99. IRRETROATIVIDADE. DIREITO ADQUIRIDO. INEXISTÊNCIA. DIFERENÇA PESSOAL. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. PRECEDENTES. ORDEM DENEGADA.

(...) II - Consoante entendimento desta Corte, não resta configurada qualquer irregularidade, ilegalidade ou ofensa a direito adquirido na determinação de suspensão de pagamento de vantagem funcional percebida indevidamente. Precedentes.

III - Ordem denegada.”

(MS 9.122/DF, Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, DJe de 03/03/2008). Grifei.

Sob esse viés, vê-se que o sentido da norma que assegura todos os direitos e vantagens ao professor afastado da regência de classe por motivo de doença é impedir, em caráter excepcional, o decurso remuneratório decorrente da perda da gratificação pelo exercício do magistério (que, via de regra, somente é devida ao professor em efetiva regência de classe), parcela que o docente receberia se não tivesse sido retirado da sala de aula por *circunstâncias alheias à sua vontade*.

Então, retenha-se: a percepção, de modo excepcional, pelo professor afastado da sala de aula por motivo de doença, de gratificação *inerente à função docente* não tem *finalidade compensatória permanente* ou *definitiva* pelo infortúnio que o acometeu, podendo – ou melhor, *devendo* – ser suprimida caso o docente nessa nova condição seja designado para o exercício efetivo de outra função gratificada.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

92

Nesse particular, vale conferir, novamente, a dicção do § 2º do art. 10 da Lei Estadual nº 10.970/1993, *verbis*: “A designação do Professor readaptado para o exercício de função gratificada acarretará a **suspensão das gratificações inerentes à função docente**, durante o exercício da mesma”.

Bem por isso, a prevalecer o entendimento de que tais gratificações podem ser acumuladas, estar-se-á dispensando tratamento *mais vantajoso* ao professor readaptado, em desrespeito ao princípio da isonomia e em *desprestígio à efetiva regência de classe*, função primordial no desempenho do magistério público<sup>1</sup>.

Enfim, vedada por lei a acumulação aqui pretendida pela impetrante, houve-se bem a Administração ao suprimir uma das gratificações por ela recebidas, sendo certo que ambas têm o mesmo valor nominal, qual seja R\$ 728,31 (valor em outubro de 2009), consoante o demonstrativo de pagamento carreado à fl. 16.

Por todo o exposto, não visualizo o direito líquido e certo reclamado em juízo, razão pela qual **denego a segurança**.

Sem honorários sucumbenciais (art. 25 da Lei Federal nº 12.016/2009).

É como voto.

Recife, 17 de Setembro de 2013.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator

<sup>1</sup> No ponto, basta considerar que “O acesso aos cargos das carreiras do magistério público, de acordo com a habilitação, se fará sempre através das respectivas classes iniciais de cada cargo, e obrigatoriamente na atribuição de regência de classe” (art. 9º, caput, do Estatuto do Magistério Público de Pernambuco). Grifei.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO 17 09 2013.  
MANDADO DE SEGURANÇA Nº 279258-7 – RECIFE  
IMPETRANTE : MARIA ÁUREA CAVALCANTI DE VASCONCELOS.  
IMPETRADO : SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO.  
RELATOR : DESEMBARGADOR BANDEIRA DE MELLO.

RELATÓRIO CONSTANTE DAS FLS. 82/83 DOS AUTOS.

---

DOUTOR VALTER SILVA LEITE – ADVOGADO – OAB/PE Nº 9701.

O fato é conhecido de Vossas Excelências. São vários precedentes e a impetrante está respaldada no art. 22 da Lei nº 11329/96, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público. Determina que ao professor afastado de regência de classe por motivo de doença impeditiva ao exercício da função, comprovada por Junta Médica do Estado, serão assegurados todos os direitos e vantagens. No caso ocorre ela era afastada e foi readaptada. Em outro caso não ocorre a decadência que é trato sucessivo. Já tem fato precedente. Todos já conhecem o fato.

Só isso o que eu tenho a falar, Excelências.

---

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Obrigado. A Corte agradece esses esclarecimentos trazidos por Vossa Excelência. Eu devolvo a palavra ao eminente relator.

---

VOTO DO RELATOR CONSTANTE DAS FLS. 87/92 DOS AUTOS.

---

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Como visto, o relator rejeita a preliminar porque reconhece que é matéria de trato sucessivo e, no mérito, denega a segurança pelos fundamentos que apontou, registrando, tal como há pouco tempo fez o Des. Antenor Cardoso em outro processo de sua relatoria, que há um entendimento desse Colegiado divergente daquele que Sua Excelência espousa.

A matéria está em discussão.

---

DESEMBARGADOR ALFREDO JAMBO

O Des. Bandeira lembrou que eu já participei de um processo similar e fui pela concessão da segurança. De forma que, se me permite adiantar o meu voto, eu



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

sou pela concessão. O pagamento da gratificação à professora numa situação em que eu fundamentei... (interrompido)

---

**DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)**

Eu tomarei a seu posicionamento como uma manifestação de comunicação para não quebrar a ordem natural, até porque se eventualmente a posição não for a vencedora do Des. Bandeira de Mello, a relatoria caberá à desembargadora Cátia.

---

**DESEMBARGADOR ALFREDO JAMBO**

Está certo.

---

**DESEMBARGADORA CÁTIA LARANJEIRA**

Eu voto com o relator.

---

**DESEMBARGADOR FÁBIO EUGÊNIO LIMA**

Com o relator.

---

**DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES**

Senhor presidente, eu peço vênias ao eminente relator que entende dessa forma, mas mantendo a coerência, eu voto pela concessão da segurança.

---

**DESEMBARGADOR ALFREDO JAMBO**

Pela concessão.

---

**DESEMBARGADOR ANTENOR CARDOSO**

Eu voto pela concessão da segurança. Peço vênias ao relator e faço, pois a lei que suprimiu essa gratificação, ela deve produzir seus efeitos a partir da sua publicação para frente e não atingir aquelas pessoas como a impetrante que já tinha incorporado ao seu patrimônio jurídico essa gratificação. Então, eu peço vênias ao relator e coerente com o meu posicionamento anterior já assumido, eu concedo a segurança.

---



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA

Com o relator.

---

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Eu já estava me preparando para votar.

---

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

Senhor presidente, eu não participei dos precedentes.

---

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

É. Des. Bandeira, em todos os outros casos eu estava ansioso para que desse empate para eu votar porque eu ia acompanhar Vossa Excelência. Não precisei acompanhar.

---

DECISÃO:

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, REJEITADAS AS PRELIMINARES. MÉRITO: POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDOS OS DES. ERIK DE SOUSA SIMÕES, ALFREDO JAMBO E ANTENOR CARDOSO, FOI DENEGADA A SEGURANÇA, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR".

---